

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE DIVINÓPOLIS – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARINA CAIXETA BRAGA**



**JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 6.563, de 19-9-1978
Data da instalação: 3-3-1979
Data de implantação do PJe: 14-5-2015**

Jurisdição: Divinópolis, Camacho, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Cláudio, Itapeçerica, Oliveira, Pedra do Indaiá, São Francisco de Paula, São Gonçalo do Pará e São Sebastião do Oeste.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 6-11-2020, p. 3.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 25-6-2019

Às 9 horas do dia treze de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 1ª Vara do Trabalho de Divinópolis situada na Rua Pernambuco, 239, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Marina Caixeta Braga**; o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Francisco José dos Santos Júnior**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Maria Das Dores Gomes de Moura; os servidores Adriana Azevedo de Souza, Alexandre Chagas, Carina Torres Coimbra Morais, Ester Vieira de Assis, Leonardo José de Assis, Luciana Curi Paixão, Magda Aparecida Chaves Resende, Patrícia de Cássia Soares, Samuel de Freitas Pereira, Sérgio Murilo Carvalho e Viviane Seabra Pinheiro e a estagiária Amanda Conceição Xavier de Almeida. Ausentes os servidores Camila Fragoço Lopes, Glinys Jucelo Gouveia, Patrícia de Cássia Soares e Viviane Seabra Pinheiro, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.297 processos, distribuídos neste ano até o dia 29-10-2020, apurando-se a média de 6,7 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 68 cartas precatórias, dentre elas 17 executórias até o dia 29-10-2020, das quais 41 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 990 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 375 processos foram remetidos neste ano até o dia 29-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 30 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 79 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 1.327 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 27 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 45 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado com incidentes de Repercussão Geral já julgados pelo STF.

Processos examinados na correição:

- 0010651/19, 0011520/19, 0010951/15, 0011844/17 e 0010451/20: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente..

- 0010893/20, 0011811/19 e 0011812/19: Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

- 0011777/19 e 0011547/16: suspensos, pendentes de outras ações.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Divinópolis - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	34,56	36,73	36,55	28,27	22,77

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	77
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	361
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	27

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	113
---	-----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2015	1	5
2016	3	4
2017	6	3
2018	13	2
2019	90	1
2020 – ano de referência	352	
TOTAL	465	0,32

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 29-10):

Processo	Classe	Tarefa
0010951-48.2015.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010438-46.2016.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011547-21.2016.5.03.0114	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0012281-46.2016.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011390-88.2017.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011646-31.2017.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011790-05.2017.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011844-68.2017.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0012076-80.2017.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento

0012157-29.2017.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010174-58.2018.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010657-88.2018.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010854-43.2018.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010945-36.2018.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010961-87.2018.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010967-94.2018.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011424-29.2018.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011466-52.2018.5.03.0098	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0011548-12.2018.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011558-56.2018.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	547

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	12
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	215

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	7
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	886

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	27

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Divinópolis - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)

Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	68,71	64,78	62,11	62,99	62,73
--	-------	-------	-------	-------	-------

Existem 1.050 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.030 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 20 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 29-10-2020.

No ano 2019, até o dia 29-10 havia 947 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 833 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 114 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro 2020 até o dia 10-9):

Processo	Classe	Tarefa
0025300-71.2006.5.03.0057	Execução Fiscal	Petição Para Juntada
0082700-53.2000.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Conclusos Para Despacho
0000060-07.2011.5.03.0057	Execução Fiscal	Processo Retornou Do Conclusos Para Despacho
0000742-59.2011.5.03.0057	Execução De Termo De Ajuste De Conduta	Intimação Publicada
0001444-39.2010.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Conclusos Para Despacho
0037300-35.2008.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusos Para Despacho
0062500-10.2009.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Embargos À Execução Não Conhecidos
0001094-51.2010.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Andamento Cancelado

0001422-73.2013.5.03.0057	Execução Fiscal	Processo Retornou Do Conclusos Para Despacho
0001899-67.2011.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0000770-90.2012.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Petição Para Juntada
0000097-29.2014.5.03.0057	Execução Provisória Em Autos Suplementares	Devolução De Mandado: Cumprido Com Êxito
0000318-75.2015.5.03.0057	Execução Provisória Em Autos Suplementares	Processo Retornou Do Conclusos Para Despacho
0010936-79.2015.5.03.0057	Execução Fiscal	Cumprimento De Providências
0010219-67.2015.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Conclusão Ao Magistrado
0010807-74.2015.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0011398-36.2015.5.03.0057	Execução Fiscal	Cumprimento De Providências
0010906-44.2015.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0010286-32.2015.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento De Providências
0010288-02.2015.5.03.0057	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 10-9):

	2019	2020
01-JANEIRO	47	58
02-FEVEREIRO	54	41
03-MARÇO	31	46
04-ABRIL	27	13
05-MAIO	30	30
06-JUNHO	35	29
07-JULHO	35	62
08-AGOSTO	112	47
09-SETEMBRO	66	43
10-OUTUBRO	154	43
Totais	591	412

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
	6	3								
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS JUNIOR	16	3	8				46	19		2
MARINA CAIXETA BRAGA	27	35	38	13	30	29	16	28	43	41
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES	9									
Totais	58	41	46	13	30	29	62	47	43	43

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 10-9):

	2019	2020
01-JANEIRO	9	5
02-FEVEREIRO	10	2
03-MARÇO	5	5
04-ABRIL	6	3
05-MAIO	5	50
06-JUNHO	8	14
07-JULHO	1	8
08-AGOSTO	5	2
09-SETEMBRO	12	4
10-OUTUBRO	8	1
Totais	69	94

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 10-9-2020, existem 114 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	41
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	42
Tutelas Provisórias Pendentes	31
Total	114

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 16-11-2020 havia 4 processos:

- a) **instrução**: 4 processos;
- b) **inquirição de testemunha por videoconferência (juízo deprecado)**: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011289/19, 0010991/20, 0010850/19, 0010946/19 e 0011424/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 6-11-2020, 134 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 8 processos.

Exame dos autos dos processos 0011215/20, 0011023/20, 0011283/20, 0011205/20, 0011355/20, 0011063/20, 0011045/20, 0011331/20, 0011346/20, 0011059/20, 0010651/19, 0011520/19, 0010951/15, 0011844/17, 0010451/20, 0010893/20, 0011811/19, 0011812/19, 0011777/19, 0011547/16, 0011285/20, 0011224/20, 0011280/20, 0011260/20, 0011254/20, 0011261/20, 0011256/20, 0011337/20, 0011289/20, 0010889/20, 0011725/19, 0010697/19, 0011186/19, 0010996/19, 0010156/20, 0010970/20, 0011034/20, 0010713/20, 0011179/20, 0010176/20, 0011558/18, 0010948/20, 0010722/20, 0011296/19, 0011208/20, 0010209/20, 0010584/20, 0011670/19, 0010420/20, 0011490/19, 0010520/20, 0010748/19, 0010795/19, 0011001/19, 0010228/20, 0010461/20, 0011760/19, 0011646/19, 0012518/17, 0011373/18, 0011031/20, 0011051/20, 0011330/20, 0011128/20, 0011187/20, 0011258/20, 0011119/20, 0011206/20, 0011079/20, 0010306/20, 0011646/19, 0010959/18, 0011401/19, 0011113/20 e 0011114/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011215/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id b62b1ef (mais de 20 dias);

- 0011490/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 7dfcdb1 (mais de 10 dias) e despacho – Id 8f27481 (mais de 10 dias);
- 0010520/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 7db8b24 (mais de 10 dias);
- 0011760/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id e05b00c (mais de 10 dias), Id 53e66cf (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 inquérito judicial em tramitação.

Examinados os autos do processo 0011323/16 constatou-se que estão em ordem.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 15 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000486-14.2014.5.03.0057	Cumprimento de Providências
0000544-22.2011.5.03.0057	Cumprimento de Providências
0001258-74.2014.5.03.0057	Arquivo provisório
0002379-74.2013.5.03.0057	Aguardando apreciação pela instância superior
0002523-14.2014.5.03.0057	Cumprimento de Providências
0010342-31.2016.5.03.0057	Cumprimento de Providências
0010747-28.2020.5.03.0057	Cumprimento de Providências
0011117-49.2018.5.03.0098	Cumprimento de Providências
0011168-18.2020.5.03.0057	Aguardando prazo
0011176-97.2017.5.03.0057	Aguardando prazo
0012079-69.2016.5.03.0057	Cumprimento de Providências
0012142-60.2017.5.03.0057	Aguardando apreciação pela instância superior
0012365-21.2016.5.03.0098	Cumprimento de Providências
0012533-15.2017.5.03.0057	Aguardando prazo

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0002146-43.2014.5.03.0057	Aguardando apreciação pela instância superior
0010830-44.2020.5.03.0057	Conclusão ao magistrado
0010975-08.2017.5.03.0057	Cumprimento de Providências
0011101-53.2020.5.03.0057	Aguardando prazo
0011121-44.2020.5.03.0057	Aguardando prazo
0011533-43.2018.5.03.0057	Aguardando apreciação pela instância superior
0011535-13.2018.5.03.0057	Aguardando apreciação pela instância superior
0011536-95.2018.5.03.0057	Aguardando apreciação pela instância superior
0011537-80.2018.5.03.0057	Aguardando apreciação pela instância superior
0011621-47.2019.5.03.0057	Aguardando apreciação pela instância superior
0011622-32.2019.5.03.0057	Audiência 26-11-20
0011623-17.2019.5.03.0057	Aguardando prazo

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	45	22	35
Instrução processo físico	1.497	2.285	0
Instrução processo eletrônico	214	200	103

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	8	10	26-11-20- 12 dias
Procedimento Ordinário	40	8	2-12-20 - 16 dias
Instrução	382	173	24-5-21 - 104 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 29-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	1.433	125

2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	387	120

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	6	2.165
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	256	625
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	1	2.284
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	14	794

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	173	0,76
Julgados procedentes em parte	501	2,21
Julgados improcedentes	126	0,55
Extintos com resolução de mérito	8	0,03
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	808	3,56
Extintos sem resolução de mérito	93	0,41
Arquivamento	19	0,62
Desistência	69	0,30
Outras decisões sem exame de mérito	46	0,20
Total sem exame de mérito	347	1,53
Decisões de conhecimento	1.155	5,09
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	375	1,65
Decisões na fase de execução	119	0,52
Total	1.649	7,3

No ano atual, apurou-se que, até o dia 29/10/2020, com 192 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	97	0,505
Julgados procedentes em parte	328	1,708
Julgados improcedentes	71	0,37
Extintos com resolução de mérito	4	0,021
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	500	2,604
Extintos sem resolução de mérito	102	0,531
Arquivamento	56	0,292
Desistência	34	0,177
Outras decisões sem resolução de mérito	46	0,24
Total sem resolução de mérito	238	1,24
Decisões de conhecimento	738	3,844
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	317	1,651
Decisões na fase de execução	81	0,422
Total	1.136	5,92

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	N Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	2	0,1
Conciliação em execução	5	0,25
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	75	3,75
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	1	0,05
Instrução/Instrução (rito)	52	2,6

sumaríssimo)		
Una/Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	135	6,7

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 51 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	40	45	5		3	
02-FEVEREIRO	118	125	7	6	6	
03-MARÇO	52	66	4	5	4	1
04-ABRIL	63	25	8	2	2	3
05-MAIO	114	98	2	5	8	1
06-JUNHO	77	106	4	3	2	7
07-JULHO	88	89	4	15	2	9
08-AGOSTO	101	60	7	9	5	4
09-SETEMBRO	56	61	4	7	9	1
10-OUTUBRO	96	54	11	6	4	3
Totais	805	729	56	58	45	29

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
	1	1								
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS JUNIOR	7	22	30			14	76	30	7	5
MARINA CAIXETA BRAGA	35	108	42	30	104	102	37	43	62	58
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES	2									
Totais	45	131	72	30	104	116	113	73	69	63

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	113	71
02-FEVEREIRO	257	214
03-MARÇO	167	151
04-ABRIL	223	2
05-MAIO	217	198
06-JUNHO	203	205
07-JULHO	238	175
08-AGOSTO	213	164
09-SETEMBRO	197	176
10-OUTUBRO	232	135
Totais	2060	1491

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS JUNIOR	21	77	65			45	113	85	34	27
MARINA CAIXETA BRAGA	50	137	86	2	198	160	62	79	142	108
Totais	71	214	151	2	198	205	175	164	176	135

Foram realizadas 32 audiências de 2-11-2020 até o dia 9-11-2020 e designadas 125 de 10-11-2020 até do dia 30-11-2020. Em dezembro de 2020 estão designadas 50 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

	2019	2020

01-JANEIRO	208	143
02-FEVEREIRO	212	202
03-MARÇO	124	197
04-ABRIL	163	105
05-MAIO	246	147
06-JUNHO	115	178
07-JULHO	194	153
08-AGOSTO	208	98
09-SETEMBRO	111	126
10-OUTUBRO	196	105
Totais	1777	1454

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS JUNIOR	84	38	75	16	3	15	76	44	27	17
MARINA CAIXETA BRAGA	53	164	122	89	144	163	77	54	99	88
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES	6									
Totais	143	202	197	105	147	178	153	98	126	105

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	1436	1041
02-FEVEREIRO	2277	2060
03-MARÇO	1844	1497
04-ABRIL	1764	1022

05-MAIO	2686	1883
06-JUNHO	1578	1636
07-JULHO	1740	1697
08-AGOSTO	2498	1566
09-SETEMBRO	2055	1593
10-OUTUBRO	2352	1530
Totais	20230	15525

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 30 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de uma hora para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o (a) magistrado (a) que comparece nesta unidade organizacional de _____ e que mantém afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declaram os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 29-10
Processos recebidos	1.700	1.704	1.297
Média por dia útil	7,6	7,5	6,7
Processos remanescentes do ano anterior	1.187	918	494
Sentenças anuladas	14	11	5
Total de processos para solução	2.901	2.633	1.796
Processos solucionados	2.015	2.017	1.454
Processos conciliados	914	862	716
Produção	69,46%	76,60%	80,96%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 0,23% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 7,14%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	716
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	1.454

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	1.454
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	1.302

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	377
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	331

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	547
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	1.501

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	893
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	357

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	1.501
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	357
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	13

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	547
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	893
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau),	13

	2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	
--	--	--

Perfil da Vara do Trabalho		Divinópolis - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,27	0,69	0,45	0,35
	I02 - Pendentes	1.833	1.738	1.685	1.674
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	13,21	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	200,68	204,09	185,38	145,80
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	152,87	150,04	152,74	129,29
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.466,25	1.332,36	1.314,43	1.104,91
	I07 - Taxa de conciliação (%)	42,67	44,27	45,13	47,23
	I08 - Taxa de solução (%)	117,72	115,21	109,96	108,25
	I13 - Taxa de execução (%)	229,38	199,00	185,19	153,62
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	28,25	25,92	22,61	22,77
I10 - Taxa de congestionamento na	62,99	61,83	61,96	62,73	

	execução (%)				
	I11 - Produtividade por servidor	246,70	205,42	205,08	181,69
	I12 - Pendentes por servidor	160,30	126,17	117,50	109,54
Meso	Acervo	0,27	0,60	0,27	0,27
	Celeridade	0,36	0,36	0,34	0,31
	Produtividade	0,46	0,48	0,47	0,41
	Congestionamento processual	0,58	0,53	0,44	0,40
	Força de trabalho	0,36	0,40	0,33	0,31
Macro	IGEST	0,4060	0,4738	0,3718	0,3398
Posição IGEST		65	103	44	29
Movimentação processual		2001 a 2500	2001 a 2500	2001 a 2500	2001 a 2500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$5.014.973,74	R\$688.828,98

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 3/2003, que determina a juntada de cópia de contrato social pela reclamada; 4/2003, que dispõe sobre a publicação de editais; 1/2004, que trata da indicação de nomes dos servidores por carimbo e assinatura; 1/2005, que regulamenta a expedição de ofício ao Detran; 1/2008, sobre assinatura de guias de levantamento de depósitos judiciais, pelo Secretário e seus Assistentes; 1/2010, que trata de disponibilização de processos às partes e procuradores no balcão da Secretaria e a 1/2012, que dispõe sobre pagamento de emolumentos ao Tabelionato de Protesto.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 4 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 116,67% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 112,59%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,82%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,12%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 98,42% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do

valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 55,33% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 133,52%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 89,60% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 60 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 36,07%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 127 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do

Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

5) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

6) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

7) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

8) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

9) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa

econômica federal) e
<https://www63.bb.com.br/portallbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

10) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;

11) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

12) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que foram observadas recomendações formuladas naquela oportunidade

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h50min do dia treze de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 173, publicado no DJe 6-11-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806

Assinado de forma digital por Maristela Iris da Silva Malheiros:30831806
Dados: 2020.11.16 19:05:02 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2020.11.16 11:04:06 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria